

HISTÓRIA E FILOSOFIA DA LINGUÍSTICA: UMA ENTREVISTA COM FREDERICK J. NEWMeyer

Frederick J. Newmeyer

Professor Emeritus, University of Washington

Professor Adjunto, University of British Columbia e Simon Fraser University

ReVEL – Quem foram os primeiros linguistas norte-americanos e qual sua contribuição para o desenvolvimento da Linguística?

Newmeyer – As origens da Linguística na América do Norte são um pouco diferentes daquelas que originaram o campo na Europa. Na Europa, em sua maior parte, a Linguística está enraizada na tradição filológica. Dada a longa história do estudo de grego e do latim, foi muito natural ir disso à Linguística comparativa do indo-europeu e, a partir daí, ao desenvolvimento de princípios em termos de mudança linguística. A linguística da sincronia foi, nesse caso, um desenvolvimento tardio. Na América do Norte, porém, pesquisadores se depararam com centenas de línguas sem registros escritos. Nesse caso, as línguas deveriam ser descritas sincronicamente desde o começo. As primeiras gramáticas foram escritas por missionários, obviamente, mas mesmo no século XIX já havia descrições em nível de pesquisa para línguas indígenas, primariamente realizadas por aqueles interessados na cultura e tradições indígenas. Mas o real fundador da Linguística na América do Norte foi Franz Boas (ver especialmente Boas 1911, 1963). Mesmo hoje, Boas merece ser lido. Uma das mais claras especulações acerca de como todas as línguas são iguais gramaticalmente, ou seja, não há – na realidade – algo que possamos chamar de “língua primitiva”, encontra-se em seus escritos. E Boas treinou muitos linguistas que foram em frente para dar à linguística norte-americana seu

caráter descritivista. Edward Sapir, por exemplo, um dos principais linguistas do início do século XX, foi aluno de Boas. O fato de a maior parte das línguas norte-americanas apresentar estruturas radicalmente diferentes daquelas encontradas em línguas europeias encorajou descrições detalhadas de formas gramaticais, as quais nunca foram encontradas anteriormente por pesquisadores. Logo, a linguística norte-americana foi fundada em dados de um modo diferente da linguística europeia. Infelizmente, há um lado ruim ao se focar em dados desconhecidos. Muitos norte-americanos, da década de 1920 aos anos sessenta eram muito “antiteóricos”. Sua ideia era a de que cada língua olhada poderia ser completamente diferente das já olhadas até então, o que dificulta para chegar a conclusões acerca de universais. Daí o extremo empiricismo de tantos linguistas americanos naquele tempo (embora Sapir nunca tenha ficado hesitante na hora de teorizar).

Uma outra figura importante nesse contexto foi Leonard Bloomfield, que trabalhou entre os anos vinte e quarenta. Bloomfield, mais do que ninguém até então, batalhou por uma área distinta para a Linguística, tanto acadêmica como intelectualmente. Como resultado de seus esforços em demonstrar que a Linguística não era uma subárea dos estudos das línguas, da Antropologia, da Psicologia ou o do que fosse, acabou que sempre foi mais fácil estabelecer departamentos autônomos de Linguística na América do Norte do que em qualquer outro lugar no mundo.

ReVEL – Em seu livro *Language Form and Language Function* (MIT Press, 1998), o senhor cita uma observação interessante de Elizabeth Bates: “O funcionalismo é como o protestantismo: é um grupo de seitas que concordam entre si somente na rejeição da autoridade do papa” (p. 13). O que o senhor pensa a respeito disso agora, após uma década desde a publicação do livro e quase duas décadas do trecho citado?

Newmeyer – Pouca coisa mudou, na verdade. Há muito mais diversidade dentro da linguística funcional do que na linguística formal. Uma face extrema do funcionalismo nega, por exemplo, a realidade da estrutura linguística – por exemplo,

¹ Essa citação aparece em Van Valin (1990: 171): VAN VALIN, Robert D. 1990. Functionalism, anaphora and syntax. Review of *Functional Syntax*, de S. Kuno. *Studies in Language* 14.

Hopper 1988, Thompson 2002. Mas há outro pólo do funcionalismo que não somente propõe estruturas formais como faz questão de formalizá-las precisamente, como no caso da **Functional Discourse Grammar** (Hengeveld, 1989) e da **Role-and-Reference Grammar** (Van Valin & LaPolla, 1997). A linguística formal não é tão dividida. Mesmo modelos formais muito diferentes, como o Programa Minimalista (Chomsky, 1995) e a HPSG (Sag, Wasow & Bender, 2003) compartilham mais fundamentos essenciais do que acontece entre as várias propostas funcionalistas. Então, todos os funcionalistas podem concordar que Chomsky está fundamentalmente errado, mas isso não acarreta automaticamente um programa de pesquisa unificado.

Há também a questão acerca do que exatamente significa uma “explicação funcional” a respeito de um fenômeno. Nesse quesito, há pouco em comum entre os funcionalistas. Para muitos, a explicação dos fenômenos deve ser “externa”, ou seja, enraizada em pressões oriundas do discurso, cognição não-linguística, ou outras influências externas. Funcionalistas tipologicamente orientados normalmente tomam tal postura (Comrie, 1989 e Croft, 2003). Por outro lado, a linguística cognitiva (Lakoff, 1987; Langacker, 1988) é tipicamente considerada como sendo uma espécie de funcionalismo, apesar da maior parte dos artigos nessa perspectiva não fornecerem a sério nenhuma explicação externa. Tudo o que fazem é argumentar (algumas vezes com sucesso, outras não) que a ligação entre forma e significado é muito mais próxima do que os gerativistas acreditam. Essa não é uma “explicação externa”.

REVEL – Algumas teorias, como a Teoria da Otimidade – ou a SPOT, *Strong Parallel Optimality Theory*, como usou David Teeple em seu artigo de 2008² –, tentam conciliar descrições e explicações formais com funcionais. Como o senhor vê essa aproximação?

NEWMAYER – Eu argumentei em meu livro *Possible and Probable Languages* (Newmeyer 2005) que a Teoria da Otimidade não fornece a melhor maneira de

² TEEPLE, David. Prosody can outrank syntax. *Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics*, 2008.

reconciliar a Linguística Formal com a Linguística Funcional. A ideia básica dessa abordagem é que cada restrição é pareada com uma motivação funcional. Contudo, isso não nos ajuda muito a entender a natureza da estrutura gramatical, já que podemos encontrar *alguma* motivação funcional em *qualquer* processo gramatical. Ainda pior, a Teoria da Otimidade baseada em restrições de natureza funcional é incapaz de responder à questão fundamental da linguística tipológico-funcional: por que alguns traços gramaticais são mais comuns nas línguas do que outros? Lembre-se de que as restrições em TO são universais – apenas seu ranqueamento é que é específico de língua para língua. Então, um ranqueamento de restrições resulta na ordem comum nas línguas SVO, e outro ranqueamento resulta numa ordem bastante rara OSV. A Teoria da Otimidade não tem qualquer mecanismo para explicar por que o primeiro ranqueamento é comum, enquanto o último é raro. Eu também acho que parear restrições com motivações funcionais é um erro crucial. As gramáticas são complexas demais para permitir tal abordagem atomista. Uma gramática, *como um todo*, é, em parte, uma resposta a pressões funcionais. Não faz sentido, para mim, argumentar que as subpartes individuais da gramática (restrições, regras, construções, etc.) sejam funcionalmente motivadas.

O artigo de Teeple é muito interessante, mas eu não acredito que se necessite da Teoria da Otimidade para expressar generalizações relevantes. O que temos aqui é simplesmente alguma coisa de arquitetura gramatical – modular *versus* paralelo. Temos modelos diferentes da TO que são capazes de expressar essas generalizações sem recorrer aos complexos *tableaux* da TO. Até mesmo versões do Programa Minimalista que postulam um *Spell-Out* múltiplo permitem expressar as generalizações apresentadas por Teeple em seu artigo, já que a sintaxe e a fonologia interagem em mais do que um nível.

É importante apontar o fato de que poucos linguistas estão fazendo sintaxe em TO hoje em dia. Fonologia em TO tem uma certa lógica, que falta na sintaxe em TO. As noções-chave da TO, a saber, “marcação” e “fidelidade”, estão presentes há muito tempo na pesquisa fonológica. Mas o que esses construtos teóricos têm a ver com a sintaxe? O que é marcado ou não-marcado em sintaxe? E fiel a quê exatamente? Estruturas sintáticas profundas? Forma lógica? Significado conceitual? Discurso? Ninguém tem a menor ideia. Não sou fonólogo suficiente para prever o futuro da

Fonologia em TO, mas eu não ficaria surpreso em ver cada vez menos trabalhos em Sintaxe em TO.

REVEL – Como conciliar Linguística Formal e Linguística Funcional nos dias de hoje?

NEWMAYER – A minha posição com relação a essa questão é basicamente a mesma que expressei em meu livro *Language Form and Language Function* (Newmeyer 1998). Ali, eu argumentei que a evidência é esmagadora que a gramática (e a sintaxe dentro da gramática) forma sistemas autônomos. Ou seja, os princípios de combinação obedecem à sua própria álgebra e não se referem a elementos de fora dessa álgebra. Contudo, a conclusão não impede a possibilidade que as gramáticas sejam funcionalmente motivadas. Na verdade, as pressões funcionais estão constantemente modelando e remodelando as gramáticas. A maior parte dos funcionalistas não acredita que formalismo e funcionalismo são compatíveis, evidentemente. Uma citação típica é a seguinte, de Bates & MacWhinney: “a autonomia da sintaxe rompe [a estrutura frasal] das pressões de função comunicativa. Na visão [formalista], a língua é pura e autônoma, irrestrita e não modelada por intenções ou por uma função” (Bates & MacWhinney 1989: 5). Mas Bates & MacWhinney e outros que compartilham esse tipo de ponto de vista estão enganados. A autonomia da sintaxe e a explicação externa funcional são completamente compatíveis. Deixe-me ilustrar esse ponto com uma observação que você poderia até mesmo chamar de um ponto de lógica. Citações como essa de Bates & MacWhinney parecem tomar como ponto pacífico que uma vez que se caracterize um sistema como autônomo, uma explicação funcionalista desse sistema (ou de suas propriedades) é impossível. Contudo, isso não é verdade, e parece que apenas os *linguistas* têm essa ideia curiosa. Em outras áreas, explicações formais e funcionais soa vistas como complementares, não contraditórias. Para ilustrar, vamos dar uma olhada em um sistema formal por excelência: o jogo de xadrez. O xadrez é um sistema autônomo: existe um número finito de *statements* e regras. Apenas com o *layout* do tabuleiro, das peças e das jogadas, pode-se “gerar” todos os possíveis jogos de xadrez. Mas considerações funcionais vão influenciar no *design* do jogo, como fazer com que o xadrez seja um passatempo prazeroso. E fatores externos podem modificar o

sistema. Por mais improvável que seja, um decreto da Autoridade Internacional de Xadrez poderia rever as regras do jogo. Além disso, em qualquer jogo de xadrez, as jogadas estão sujeitas à vontade consciente dos jogadores, assim como qualquer ato de falar está sujeito à decisão consciente do falante. Logo, o xadrez é tanto autônomo, como explicado de maneira funcional.

Se você quer algo mais concreto, sinto que a abordagem do John Hawkins é a mais promissora para reconciliar a linguística formal com a linguística funcional (cf. Hawkins 1994, 2004). Hawkins supõe uma gramática gerativa formal; entretanto, ele é agnóstico em relação ao quadro teórico geral. Ele mostra como princípios de processamento sintático explicam a distribuição tipológica de propriedades gramaticais. Por exemplo, considere as já conhecidas correlações entre VO e preposicional e OV e posposicional. Hawkins mostra que o processamento é mais difícil quando uma língua VO é posposicional e quando uma língua OV é preposicional. Tais línguas existem (finlandês e amárico, respectivamente), mas elas são muito mais raras do que as línguas que são mais “amigáveis” em seu processamento. A pressão do desempenho atua, então, tipologicamente.

Podemos ver como a pressão do processamento funciona se olharmos para o uso da língua. Quando as gramáticas permitem duas alternativas para expressar o mesmo conteúdo, normalmente o escolhido pelos falantes é o que é mais facilmente analisado. Por exemplo, o inglês e o português permitem sujeitos sentenciais tanto *in situ* como movidos:

- (1) a. [That Mary will win] is likely.
b. It is likely [that Mary will win].

- (2) a. [Que a Maria vença] é provável.
b. É provável [que a Maria vença].

Frases como (b) são largamente mais prováveis de serem proferidas do que frases como (a). Apesar das duas possibilidades em inglês e português, outras línguas banem o sujeito sentencial *in situ* logo de cara. Repare que não há nada aqui que desafie a ideia básica da linguística formal. É cada vez menos provável que as

crianças, aprendendo inglês ou português, irão escutar frases como (a), o que quase certamente irá levá-las a não considerar tais sentenças como gramaticalmente possíveis. Mesmo assim, elas ainda adquirem uma gramática formal autônoma.

REVEL – O senhor poderia sugerir leituras essenciais sobre a História e a Filosofia da Linguística para nossos leitores?

NEWMAYER – Esta é uma pergunta difícil. No que diz respeito à história da Linguística, a maioria dos livros dedica a maior parte de suas páginas às abordagens pré-modernas: os gregos e os romanos, a Idade Média, etc. Não vejo problemas nisso, desde que seu interesse seja nessa direção, mas isso não ajuda muito se você deseja compreender as raízes de teorias atuais. Há apenas um livro sobre a história da Sintaxe que eu recomendo: *Two Hundred Years Of Syntax: A Critical Survey*, de Giorgio Graffi (Graffi 2001). Ele realmente mostra como a área se desenvolveu e por que pensamos da maneira que pensamos. No que tange à Fonologia, creio que o melhor trabalho ainda é o *Phonology in the Twentieth Century*, de Steve Anderson (Anderson 1985).

Recomendar um livro sobre Filosofia da Linguística é ainda mais difícil. Praticamente todos os trabalhos atuais sobre o assunto são escritos por partidários do Programa Minimalista de Chomsky (por exemplo, Hinzen 2006 e Boeckx 2006). A impressão que essas obras tentam passar é que o minimalismo é prática científica encarnada. Eu não compartilho com esse ponto de vista (cf. Newmeyer 2008). Basicamente, os minimalistas se esforçam para tornar um pequeno aspecto da gramática (a sintaxe estreita) tão “limpa” quanto possível, mas ignoram as complicações subsequentes em outros domínios da gramática. Os primeiros capítulos dos livros recentes de Jackendoff (cf. Jackendoff 1998; 2002; Culicover & Jackendoff 2005) apresentam uma imagem da metodologia linguística com a qual eu concordo amplamente, ainda que eu ache que ele e o Culicover superestimam a “simplicidade” da sintaxe. No fim das contas, eu ainda tenho de dizer que as melhores obras em Filosofia da Linguística foram o *Estruturas Sintáticas*, de Chomsky (Chomsky 1957), que marcou época, e a resenha desse livro, que foi escrita por Robert B. Lees (Lees 1957).

REFERÊNCIAS

- Anderson, Stephen R. 1985. *Phonology in the twentieth century*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bates, Elizabeth & Brian MacWhinney. 1989. Functionalism and the competition model. *The crosslinguistic study of sentence processing*, ed. by Brian MacWhinney & Elizabeth Bates, 3-73. Cambridge: Cambridge University Press.
- Boas, Franz. 1911/1963. *Introduction to the Handbook of American Indian languages*. Washington: Georgetown University Press.
- Boeckx, Cedric. 2006. *Linguistic minimalism: Origins, concepts, methods, and aims*. Oxford: Oxford University Press.
- Chomsky, Noam. 1957. *Syntactic structures*. *Janua Linguarum Series Minor*, vol. 4. The Hague: Mouton.
- . 1995. *The minimalist program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Comrie, Bernard. 1989. *Language universals and linguistic typology: 2nd edition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Croft, William. 2003. *Typology and universals: Second edition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Culicover, Peter W. & Ray Jackendoff. 2005. *Simpler syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- Graffi, Giorgio. 2001. *Two hundred years of syntax: A critical survey*. Amsterdam: John Benjamins.
- Hawkins, John A. 1994. *A performance theory of order and constituency*. *Cambridge Studies in Linguistics*, vol. 73. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2004. *Efficiency and complexity in grammars*. Oxford: Oxford University Press.
- Hengeveld, Kees. 1989. Layers and operators in functional grammar. *Journal of Linguistics* 25.127-58.
- Hinzen, Wolfram. 2006. *Mind design and minimal syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- Hopper, Paul J. 1988. Emergent grammar and the a priori grammar postulate. *Linguistics in context: Connecting observation and understanding*, ed. by Deborah Tannen, 117-34. Norwood, NJ: Ablex.

- Jackendoff, Ray. 1998. The architecture of the language faculty: A neominimalist perspective. *Syntax and semantics*, vol. 29: The limits of syntax, ed. by Peter W. Culicover & Louise McNally, 19-46. San Diego: Academic Press.
- Jackendoff, Ray. 2002. *Foundations of language: Brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford: Oxford University Press.
- Lakoff, George. 1987. *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- Langacker, Ronald W. 1988. An overview of cognitive grammar. *Topics in cognitive linguistics*, ed. by Brygida Rudzka-Ostyn, 3-48. Amsterdam: John Benjamins.
- Lees, Robert B. 1957. Review of *Syntactic structures* by Noam Chomsky. *Language* 33.375-408.
- Newmeyer, Frederick J. 1998. *Language form and language function*. Cambridge, MA: MIT Press.
- . 2005. *Possible and probable languages: A generative perspective on linguistic typology*. Oxford: Oxford University Press.
- . 2008. Review of *Linguistic Minimalism: Origins, concepts, methods, and aims*, by Cedric Boeckx. *Language* 84.387-95.
- Sag, Ivan A., Thomas Wasow, & Emily M. Bender. 2003. *Syntactic theory: A formal introduction* (2nd edition). *CSLI Lecture Notes*, vol. 152. Stanford, CA: CSLI Publications.
- Thompson, Sandra A. 2002. 'Object Complements' and conversation: Towards a realistic account. *Studies in Language* 26.125-64.
- Van Valin, Robert D. & Randy J. LaPolla. 1997. *Syntax: Structure, meaning, and function*. Cambridge: Cambridge University Press.